

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA GERAL

Processo n.: @REP 20/00695358

Assunto: Representação acerca de suposta ausência de procedimento de credenciamento para

seleção de serviços de leiloeiro oficial com vistas à realização de leilão de bens inservíveis

Responsável: Nivaldo de Sousa

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo

Unidade Técnica: DLC Decisão n.: 1223/2022

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 e 113 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

- 1. Conhecer da Representação formulada por Eduardo Schmitz Leiloeiro Oficial -, com fundamento no §1º do art. 113 da Lei n. 8.666/93, comunicando suposta ausência de procedimento licitatório de credenciamento de leiloeiros oficiais, irregularidade inerente ao Leilão Público n. 001/2020, que visa à alienação de bens móveis no Município de Capivari de Baixo, por atender aos requisitos para a sua apreciação previstos no art. 66 c/c o art. 65 da Lei Orgânica e nos arts. 100 a 102 do Regimento Interno e na Instrução Normativa n. TC-21/2015, deste Tribunal.
- **2.** Considerar procedente, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Instrução Normativa n. TC-21/2015, o mérito da Representação em tela.
- **3.** Recomendar ao Município de Capivari de Baixo que se abstenha de realizar leilões públicos municipais mediante contratação direta de leiloeiro oficial, optando por pregão, ou promova o credenciamento, nos casos em que o processo for regido pela Lei n. 14.133/2021 (consoante dispõe o art. 31) e, nos certames regulamentados pela Lei n. 8.666/93, que seja observada a determinação constante no Prejulgado n. 614 deste Tribunal de Contas.
- **4.** Dar ciência desta Decisão ao Responsável retronominado, ao Representante e à Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo.
 - **5.** Determinar o arquivamento deste processo.

Ata n.: 35/2022

Data da Sessão: 21/09/2022 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Cesar Filomeno Fontes e Luiz Eduardo Cherem

Representante do Ministério Público de Contas/SC: Diogo Roberto Ringenberg

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes

Iocken

ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA JÚNIOR Presidente HERNEUS JOÃO DE NADAL Relator

Fui presente: DIOGO ROBERTO RINGENBERG Procurador-Geral Adjunto do Ministério Público de Contas/SC

Processo n.: @REP 20/00695358 Decisão n.: 1223/2022 1